

GT18 - Educação de Pessoas Jovens e Adultas – Trabalho 816

A LUTA SOCIAL ENSINA NA EJA DO CAMPO

Edite Maria da Silva de Faria - UNEB

Resumo

Este artigo analisa como se produz o direito à educação no Assentamento Nova Palmares, localizado no município de Conceição do Coité, pertencente ao Território do Sisal da Bahia. A análise procura traçar o perfil dos sujeitos, conhecer suas histórias e trajetórias de vida que, desde crianças, os interrogam e interrogam a educação sobre os significados políticos da miséria, da fome, da luta pela terra, pela identidade e sua cultura, pela vida e dignidade. O referencial teórico que fundamenta a análise compreende a relação indissociável entre a educação, a luta social e o direito na vida dos jovens, adultos e idosos, numa perspectiva transformadora e forjada no movimento concreto da luta dos trabalhadores na direção da superação e transformação da sociedade que se organiza, tendo por base as desigualdades sociais e o não direito. O texto enfatiza a importância da educação na vida dos sujeitos do campo como também as expectativas, dificuldades, entraves e desencantos com a educação que é pensada para eles e não com eles. A relação estabelecida com ela revela o lugar que ocupa nas suas trajetórias de vida e na luta social.

Palavras-chave: Educação de jovens, adultos e idosos - Educação do campo - Educação popular – Cotidiano – Luta social.

Introdução

Os sonhos são os projetos pelos quais a gente luta.
(FREIRE, 2001)

A escrita, muitas vezes, é uma peleja realizada numa solidão quase absoluta. A minha escrita brota do trabalho solidário e coletivo, do encontro de pessoas, ideias, saberes, fazeres e sonhos. Povoada de vozes, trajetórias, desejos, entusiasmos, expectativas e possibilidades. Histórias de homens e mulheres e de imagens cotidianas da vida. Histórias impregnadas de privações, lutas, agruras, persistências e de resistência.

Parto do princípio de que homens e mulheres são sujeitos historicamente datados e socialmente situados, autores de sua própria existência e essa autoria é o fundamento

básico do processo social. O ato de narrar sua própria história, mais do que contar história sobre si e compartilhar experiências, é um ato de conhecimento. Revela modos de pensamento e reflete formas de organizar, criar e recriar, cotidianamente, o mundo.

Mundo esse constituído por mulheres e homens sertanejos sisaleiros que estão vinculados diretamente às lutas sociais e que são marcados direta ou indiretamente pelo motor do sisal, pais e mães de família, na faixa etária de 27 a 52 anos, herdeiros de um legado de negação de direitos básicos, mas também de muita luta, resistência e esperança.

Como se produz o direito à educação na vida de mulheres e homens de Nova Palmares no município de Conceição do Coité pertencente ao Território do Sisal da Bahia e como vivem o cotidiano e os processos de aprendizagem no assentamento? Quem são, o que pensam, fazem, desejam e demandam estes sujeitos? A escola e os outros espaços de aprendizagem têm respondido de que maneira às suas demandas? Qual a importância da educação na vida deles? E que educação está disponibilizada para eles?

A educação de jovens, adultos e idosos, numa perspectiva transformadora e forjada no movimento concreto da luta dos trabalhadores, pode fazer sua parte, esboçando conexões entre as várias lutas com as quais os diversos movimentos e sujeitos (seus processos são feitos por eles e com eles e não para eles) estão engajados, na direção da superação e transformação da sociedade que se organiza tendo por base as desigualdades sociais e o não direito.

Marcados direta ou indiretamente pelo motor do sisal no corpo e na existência, as mulheres e homens deste estudo mostram sua importância e singularidades em busca de igualdade e conquistas através das trajetórias de idas e voltas, avanços e recuos, de caídas e recaídas.

Geralmente, de escolhas sem horizontes definidos, mas também de luta, resistência e muita fibra, mesmo com as privações cotidianas e o sofrimento que historicamente marcam sua existência, as mulheres e homens vivem do trabalho e também da alegria na sua plenitude.

Ser Sisaleiro: herdeiros de um legado de privações e resistências

E o sertão é um vale fértil. É um pomar vastíssimo, sem dono [...]
Euclides da Cunha, 1901

A Bahia tem um cenário de paisagens heterogêneas. Seu vasto território abriga muitos tipos de ecossistemas. No semiárido, na região do Sertão, a vegetação predominante é a caatinga. Em *Os sertões*, grande clássico da literatura nacional de Euclides da Cunha, esse cenário sertanejo está descrito extraordinariamente.

Apesar das dificuldades e pelejas, os sertanejos mantêm uma relação singular com o lugar onde vivem. O Sertão é marcado pela força, pelo espírito de luta e de resistência de mulheres e homens, estes na saga da vida continuamente labutam contra a seca, a exploração, o descaso e as condições de miséria às quais historicamente a maioria da população sertaneja é submetida.

O Território do Sisal possui no meio do Sertão semiárido uma singularidade que rompe com as tentativas de uniformização. Nas suas paisagens desabrocham sisal, mandacarus, caroás, facheiros, macambiras e gravatás. Além disso, são pontilhadas por lajedos, carrascais e tabuleiros. Mesmo com as privações cotidianas e o sofrimento que historicamente marcam sua existência, o sertanejo desta região vive do trabalho e também da alegria na sua plenitude, manifestada através das expressões culturais locais, tais como: vaquejadas, festas (juninas, padroeiros e colheita) e reisados.

Muitas vezes sem o incentivo e financiamento de políticas públicas que valorizem efetivamente as manifestações artísticas de caráter popular, muitos artistas anônimos fortalecem a cultura sisaleira compondo, cantando, escrevendo, pintando, dançando, esculpindo, encenando, trançando artesanato com as fibras do sisal.

Esses artistas populares contribuem significativamente para o sentimento de pertencimento e o fortalecimento da identidade cultural do povo do Território do Sisal. Outros elementos vão se reunindo no espaço e no tempo para a constituição da cultura do povo sisaleiro, conferindo-lhe características singulares dentro da diversidade baiana.

A história e os costumes da população contribuem para consolidar a identidade de “ser sisaleiro”, ressaltando “mulheres e homens de fibra”, herdeiros de um legado de privações, mas também de lutas e resistências, concebida como a capacidade de colocar-se frente às dificuldades e desafios do cotidiano com uma atitude de esperança, crença e perseverança ao contrário de entregarem-se a um destino imutável e traçado previamente pelas estruturas sociais engendradas pelos coronéis.

Outra característica da resistência é a criatividade para desenvolver táticas e estratégias, em busca de assegurar desde a sobrevivência até o estabelecimento de

complexas formas de organização e de lutas no campo político, social, econômico, religioso e cultural. Tática, aqui entendida a partir do conceito que Michel de Certeau utiliza para designar a “ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio”; “tática é movimento, dentro do campo de visão do inimigo e no espaço por ele controlado, que opera golpe por golpe, lance por lance, aproveitando as ocasiões”. (CERTEAU, 1996, p. 100-101). Em suma, a tática é a arte do fraco.

As táticas apresentam continuidades e permanências sem cessar e é delas que o fraco tira partido de forças que lhe são estranhas para poder sobreviver diante da opressão e das desigualdades legitimadas pela ordem estabelecida. Assim é que ser mulher e homem sisaleiros torna-os sujeitos históricos os quais com seus saberes, fazeres e com solidariedade contribuem para o desenvolvimento humano do Território do Sisal que, não diferente de outras regiões do Nordeste brasileiro, herdou a cultura do latifúndio, do assistencialismo, do paternalismo, e uma forte visão místico-religiosa de mundo, reforçada pelo coronelismo que construiu a base política para sua consolidação.

Apesar desse contexto histórico do Território do Sisal, a organização dos movimentos sociais e a articulação de ações visando à implantação de um processo de desenvolvimento sustentável são conquistas de muitas lutas e resistências, inclusive contra as desigualdades do acesso à terra.

O cultivo da terra é ainda a expressão mais importante das diferentes atividades econômicas que ocorrem no Território do Sisal. A agricultura familiar é a base da sua economia. O desenvolvimento do rebanho caprino e ovino, o extrativismo pela produção de carvão, pelo aproveitamento das rochas e outras atividades similares, contribuem significativamente para a sobrevivência dos sisaleiros. A possibilidade de consórcio e de diversificação da produção da agricultura familiar do Território do Sisal e as atividades voltadas para a subsistência garantem renda e segurança alimentar para os agricultores familiares e para a população em geral.

A cadeia produtiva do sisal sofre com vários fatores para além das prolongadas secas que se abatem sobre a região, especialmente, com as arcaicas relações trabalhistas predominantes no cultivo, extração e comercialização da lavoura, ainda incompatíveis com a legislação vigente e que potencializam as desigualdades sociais.

Uma nova conjuntura, política e institucionalmente descentralizada, resultante da participação social, delineia os novos rumos frente às realidades geográficas que se inter cruzam a fim de estabelecer uma nova dinâmica socioespacial para o Território do

Sisal, em que a autonomia e participação tornam-se os elos centrais para a consolidação de um novo cenário democrático a caminho da cidadania.

Identidade dos sujeitos sisaleiros: mulheres e homens de fibra

O extraordinário espírito de luta e esperança dos seguidores de Zumbi dos Palmares e de Antônio Conselheiro que sobrevivem em condições precárias, as mais adversas, seja devido à pobreza e sobretudo devido as truculências do coronelismo e ao descaso do governo, desvela e coloca em evidência o sofrimento e desencanto que, infelizmente, chega aos dias atuais, pois a miséria, a injustiça, as desigualdades continuam a condenar mulheres e homens brasileiros, especificamente os sertanejos sisaleiros, apesar de muitas lutas e resistências.

Percebo que a luta por terra não é algo para ser analisado isoladamente, questões referentes à educação, trabalho, segurança, moradia, saúde estão interligados e precisam de análise mais profunda. As idas e vindas nos diferentes espaços de sociabilidades contribuíram para aprofundar e ampliar o olhar, pois a partir da convivência e da aproximação com os sujeitos sisaleiros surgiram o desejo e a necessidade de identificar quais estratégias e táticas eram utilizadas no cotidiano para lutar contra a opressão e a submissão; como se organizavam e, especialmente, qual concepção de educação se materializava, especialmente no Assentamento Nova Palmares no município de Conceição do Coité.

Mulheres e homens que possuem percursos de idas e voltas, avanços e recuos, de caídas e recaídas; geralmente, de escolhas sem horizontes definidos, mas também de luta, resistência e persistência. Suas memórias e cotidiano ensinam saberes, fazeres e modo de ser e estar no mundo, de maneira singular.

Nova Palmares é uma homenagem ao Quilombo dos Palmares¹, cenário de uma das mais significativas histórias de resistência à escravidão ocorrida no mundo. Segundo relatos dos moradores e a partir da análise de documentos,² 189 famílias que não possuíam terras e que lutavam pela sobrevivência, vindas de cinco municípios da

¹ O maior, mais duradouro e mais organizado refúgio de escravos das Américas. Nele, reinou Zumbi dos Palmares, o herói negro assassinado em 20 de novembro de 1695, data em que se comemora o Dia Nacional da Consciência Negra.

² Além do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Projeto de Assentamento Nova Palmares também foram consultados o relatório de Vistoria e Parecer Técnico (1999), o Estatuto da Associação dos Pequenos Produtores Assentados do Projeto Nova Palmares (APPAPNP) e o Regimento Interno do Assentamento.

Região Sisaleira da Bahia (Conceição do Coité, Ichu, Retirolândia, São Domingos, Santa Luz e Valente) depositaram na reforma agrária a esperança de abrir caminhos para a conquista da terra. Configurou-se um processo de luta e resistência que aconteceu por meio da ocupação da Fazenda Berimbau, propriedade de Theócrita Calixto da Cunha, ex-prefeito da cidade.

A ocupação foi planejada por dois anos e na madrugada do dia 12 de janeiro de 1998, as famílias já reunidas no povoado de Lagoa Grande, local próximo à fazenda, ocuparam a propriedade. A maioria dos líderes era filiada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município de Retirolândia e o apoio que a instituição deu aos assentados foi fundamental nesse processo.

Reuniões foram realizadas e a ocupação ocorreu sem conflito, contudo os acampados adotaram apelidos para não serem identificados com os seus verdadeiros nomes, uma estratégia usada para se proteger de possíveis represálias e perseguições. Havia sempre um grupo de acampados na entrada da ocupação fazendo a vigilância e segurança dos demais.

As dificuldades inicialmente enfrentadas foram superadas com ações e atitudes de solidariedade e coletividade. O período da ocupação foi marcado pela escassez de chuva e muita seca. Assim, os trabalhadores que cortavam sisal não tinham nenhuma atividade na cadeia produtiva.

A produção econômica do assentamento baseia-se no cultivo de sisal e na criação de caprinos como principais atividades, além do cultivo de milho, feijão, mandioca, hortaliças e criação de galinhas. Neste contexto materializa-se o sistema de produção do sisal que, através da organização e uso de estratégias, assegura sobrevivência dos assentados dentro de Nova Palmares.

Toda a produção destina-se à subsistência e a maior parte é para o autoconsumo das famílias, sendo uma menor, destinada ao mercado. Com os recursos recebidos na venda dos produtos, os agricultores adquirem outros bens necessários mas que não produzem em suas propriedades. Há uma iniciativa no assentamento de comercialização coletiva da parcela da produção que vai ao mercado. Existe ainda no assentamento o projeto de instalação de uma batedeira de fibras comunitária.

Um dos princípios fundantes do assentamento é a organização materializada através dos grupos de jovens, mulheres, produção e incentivo à cultura. Os moradores de Nova Palmares buscam, pela união, resistir às dificuldades. O meio ambiente, visto como o espaço onde ocorrem as relações e as práticas sociais da população, não fica,

assim, restrito às questões de ordem física, mas configura-se como o resultado e produto das ações de mulheres e homens mediadas pelo trabalho, construindo os espaços do viver.

Nova Palmares é um assentamento diferenciado não somente por evitar a migração de jovens e adultos, mas por mostrar a capacidade política do povo sertanejo sisaleiro, e especialmente das mulheres e homens sisaleiros. A realidade do assentamento coincide com a de tantos outros constituídos através de movimentos sociais organizados em nosso país. Um desafio diário é conseguir manter os jovens no campo com expectativa de qualidade de vida. Os assentados buscam com seus próprios esforços construir trajetórias que valorizem a vida e a cultura local.

A capacidade de organização e da produção coletiva de Nova Palmares amplia consideravelmente a expressão dos assentamentos do Território do Sisal. A produção coletiva descortina possibilidades de superar e romper com o modelo antigo, legado do coronelismo e da opressão. Nova Palmares torna-se um referencial de possibilidades do trabalho coletivo que pode mudar a correlação de forças no campo, pela organização, pela competência e solidariedade.

O cotidiano de Nova Palmares é um lugar de possibilidades, onde os problemas concretos dos assentados ganham sentido. É ali que se exerce a atividade criadora, onde sujeitos coletivos se constroem, e (re)constroem, pela ação, o lugar onde vivem. O cotidiano vivo e vivido de Nova Palmares tornou-se um espaço de produção de alimentos, de vida e de esperança onde havia fome, opressão e miséria.

Alguns assentados se consideram mais engajados do que outros no processo de organização e gestão do assentamento, comprometendo-se, assumindo a coordenação dos trabalhos e de comissões, e também da direção e outras atividades no assentamento. Demonstram ter maior compreensão do que é assentamento e o que representa para eles.

Compreender o que motivava estas pessoas a continuar na luta social, reivindicando, conquistando, ou seja, participando deste processo com disponibilidade e compromisso, e, empenhando-se inclusive em motivar e ampliar o nível de consciência de outros assentados ainda pouco mobilizados e um tanto acomodados mesmo depois do acesso à terra e que ainda não conseguem conceber o assentamento como um espaço coletivo e de luta permanente. Esse fato suscitou questões relevantes para a continuidade do trabalho educativo dentro da comunidade dos assentados, tais como: Por que uns não participam? O que impede e o que dificulta esta participação? O que move uns a participar e outros não? Como estão participando?

A vontade de participar contribui significativamente para manter o espírito de luta que acompanha a maioria dos assentados de Nova Palmares, em seu cotidiano consolidam os avanços e conquistas cujas marcas já são significativas dentro do assentamento como a construção de moradias dignas, aumento do nível de escolarização, cuidados com a saúde, além da inserção social nas lutas conjuntas dos movimentos sociais existentes na região.

Desse modo, em Nova Palmares tem-se firmado a preocupação de formar lideranças. Os assentados investem na formação educacional, política e social dos jovens, buscando incluir a juventude nas diferentes atividades educacionais, culturais, políticas e sociais locais. Um desafio constante é criar alternativas para os jovens permanecerem no Assentamento, visto que alguns deles foram embora para a sede do município, outros para Salvador, Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso como era de costume fazerem nos tempos de predomínio do latifúndio. A educação torna-se essencial neste processo, especialmente quando está alicerçada na concepção popular transformadora.

Nesta perspectiva, o subjetivo adquire o seu lugar: o seu aqui e agora, contrariando e contestando as abordagens totalizadoras que engessam e reduzem a vida social em categorias abstratas, ignorando seus fazeres, saberes, desejos, medos, sonhos, enfim, a complexidade da experiência humana. Acreditam os mais mobilizados que, tanto a migração de parcelas de jovens como a pouca motivação de alguns dos assentados, são ainda produto da situação de desamparo e exclusão social em que viviam ainda nos tempos em que não possuíam a terra.

A garantia de oportunidades educacionais aos que não ingressaram na escola ou dela foram excluídos precocemente significa muito mais que lhes dar a oportunidade de ocupar outro espaço no mercado de trabalho. A questão econômica, os problemas no âmbito familiar e a exclusão no âmbito escolar marcaram extraordinariamente as trajetórias de vida e escolar das mulheres e homens do assentamento.

No entorno dos assentamentos, nas terras em que ainda permanecem cativas do latifúndio, a visão economicista e tecnicista de gestores públicos muitas vezes provoca o cerramento das portas das escolas do campo, contrariando a luta daqueles que materializam a educação popular do campo. Isto porque o fechamento de cada escola contribui para a negação do direito à formação humana no campo, não apenas dos adultos e idosos, mas também da infância e da juventude.

Assim, o campo sofre por não vivenciar uma educação específica, para atender a suas reais necessidades e demandas, de modo que sua população possa experienciar de fato, a cidadania participativa. A presença de Nova Palmares e dos demais assentamentos, já existentes na Região Sisaleira, constitui uma alternativa à ordem opressora do latifúndio que ainda persiste como um desafio à utopia que vem guiando os movimentos sociais dos trabalhadores rurais em busca de uma sociedade mais justa.

Nos municípios do Território do Sisal a realidade não difere dos demais municípios baianos no que diz respeito aos desafios de atender às demandas da população, com maior gravidade para as mulheres e homens do campo, especialmente pelo caráter descontextualizado, homogeneizante, fragmentado e descontinuo do processo de ensino, aprendizagem e principalmente das políticas educacionais para os sisaleiros.

A inegável precarização histórica da educação oferecida aos sujeitos sisaleiros, especificamente aos jovens, adultos e idosos, quase sempre deslocada da sua realidade, baseia-se numa matriz urbanocêntrica de sociedade, homem e mundo. Daí surge a necessidade de se intensificar a mobilização dos movimentos sociais populares do campo para afirmar o direito à educação e à vida com dignidade para os camponeses, especialmente no planejamento, implementação e avaliação destas políticas.

Historicamente muitas crianças e jovens sisaleiros não tiveram a oportunidade de acesso à educação escolar e hoje são adultos e idosos herdeiros de um legado de privações e desigualdades. Entretanto, demonstram através das trajetórias de vida, da organização, militância e mobilização as estratégias de luta e resistência que têm levado a verdadeiros processos de superação ainda que localizados.

As mulheres e homens sofrem com a homogeneização da política educacional e fundiária que não os considera como sujeitos, e nem contribuem com a satisfação de suas necessidades, tampouco para o desenvolvimento local. Apesar das conquistas importantes obtidas, como no caso de Nova Palmares e dos outros assentamentos da Região, os sisaleiros em sua absoluta maioria ainda têm negados seus direitos à terra, ao trabalho, segurança, à saúde e à educação.

Diferentes movimentos sociais atuam efetivamente na busca de garantia dos direitos da população sisaleira. Eles se configuram como espaços fundamentais de participação e intervenção social. A história dos municípios do Território do Sisal é marcada por forte participação de movimentos sociais, populares, sindicais e organizações sociais, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEB), a Associação de

Desenvolvimento Solidário e Sustentável da Região Sisaleira (APAEB), os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), a Fundação de Apoio aos/as Trabalhadores/as Rurais, Agricultores/as Familiares da Região do Sisal e Semiárido da Bahia (FATRES), o Movimento de Organização Comunitária (MOC) e tantos outros que fazem parte do legado de lutas, resistências e conquistas dos sisaleiros.

O desafio de capturar a memória das lutas populares

Rememorar a história das lutas e conquistas dos movimentos sociais populares do campo ao longo da história brasileira e especificamente sisaleira é um desafio. Trata-se de um percurso que nem sempre possui registros escritos os quais, muitas vezes, quando existem, estão dispersos e fragmentados. Esta, também, uma característica da própria trajetória da maioria dos camponeses que ao longo da história foram explorados, subordinados politicamente, privados de direitos políticos, sociais, educacionais, culturais e econômicos. Impõe-se nesse caso que a investigação social recorra à memória oral.

Muitas vezes, a memória social destes sujeitos históricos foi intencionalmente obscurecida, fragmentada e especialmente invisibilizada. Geralmente, a imagem que herdamos e aprendemos dessas mulheres e homens do campo, está vinculada à versão historicamente construída pelos “vencedores do processo histórico”.

Desde o período colonial, os sujeitos do campo permanecem na condição de subalternidade, mantidos vivos sob a condição de morte civil, segundo Boaventura Sousa Santos (1999). Mulheres e homens vivem num processo perverso de privação de direitos, sendo considerados, segundo Bauman (2007), refugos humanos. Talvez, pelo fato de que os registros mais destacados da história do Brasil tenham sido escritos até hoje, a partir do alpendre da casa grande ou das sacadas dos sobrados, a história da opressão não tenha sido tão realçada, nos sistemas escolares voltados para os setores populares, assim como seus efeitos sobre as subjetividades dos oprimidos.

Mesmo com a história sendo capitaneada pelos “vencedores”, os mecanismos políticos, sociais e econômicos que negaram direitos aos camponeses deram origem também, a testemunhos de resistência, revolta, organização e luta em busca de igualdade e conquistas.

Tendo como referência a caminhada histórica da Educação Popular (EP) no Brasil, perpassando também pela América Latina, percebemos que, para superar as

estruturas sociais opressoras constituídas ao longo de todo o passado colonial e as lacunas mantidas pelo poder público em relação à negação de direitos básicos, os movimentos sociais populares envolvidas com as parcelas progressistas das populações da cidade e especialmente do campo têm forjado processos emancipatórios em diferentes espaços de luta e aprendizagem para os camponeses.

A diversidade sempre foi uma característica do movimento de Educação Popular no Brasil. No Território do Sisal, especificamente no campo da educação, surgem novos conceitos e novas formas de se organizar e agir, assim como novos movimentos sociais, neste novo modo de ser e se fazer movimento social. A luta social ensina os caminhos de uma sociedade mais justa e isto nem sempre, a escola o faz.

Este cotidiano onde se desenrolam suas lutas, recriam o espaço tão carente de infraestrutura, apropriando-se dele pelas redes de solidariedade e novas vinculações estabelecidas com outras pessoas e com a história da localidade, e onde tecem outros saberes, buscando organizar um movimento para a conquista de direitos negados, tais como: o direito à terra, à educação, à saúde, à segurança, ao saneamento básico, enfim, a uma melhor qualidade de vida.

O cotidiano destes sujeitos é um espaço no qual venho trilhando os itinerários e percursos de minha trajetória profissional e humana. O cotidiano me desafia no que se refere à prática da pesquisa, pois, mais que buscar novos enfoques metodológicos necessários e requeridos para explicar a relação educação x sociedade na contemporaneidade, subsidia-me a tecer novas configurações teórico-metodológicas que apontem para outras possibilidades interpretativas do(s) saber(es), fazer(es) e memória(s) das mulheres e homens sisaleiros.

O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo. O cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio-caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada. Não se deve esquecer este “mundo memória”, segundo a expressão de Péguy. É um mundo que amamos profundamente, memória olfativa, memória dos lugares da infância, memória do corpo, dos gestos da infância, dos prazeres [...]. (CERTEAU; GIARD e MAYOL, 1996, p. 37)

O cotidiano é o espaço onde as pessoas vivenciam as mudanças que acontecem no mundo, recriando na vida diária as estratégias de resistências e/ou adaptação a essas

mudanças. Também é espaço onde a expressividade oral, corporal, as tramas políticas, as representações religiosas, as estratégias de sobrevivência física e cultural aparecem driblando muitas vezes o silêncio imposto pelas diferentes formas de exclusão. O cotidiano de mulheres e homens desvela e desvenda trajetórias de vida onde sempre pelejaram em prol da coletividade e da justiça, mesmo sendo herdeiros de um legado de privações e discriminações.

Desafios da Educação de Jovens e Adultos do Campo: laços e embaraços

Pensar a educação na relação com a sociedade e o desenvolvimento sustentável é pensar a partir da ideia de que o local, o território, pode ser reinventado através das suas potencialidades. Uma das formas de trazer à tona essas potencialidades está na revitalização da importância do coletivo como estratégia de participação popular de gestão das políticas. Assim, cada proposta de desenvolvimento possui sua visão de homem, de sociedade, de mundo desejado.

As políticas públicas, particularmente as direcionadas para o campo da educação de jovens, adultos e idosos ainda não contemplam de fato e verdadeiramente o sujeito do campo como protagonista do processo de desenvolvimento, como condição para a participação na construção de sociedades mais justas, solidárias, pacíficas, sustentáveis e que a diversidade de fato se constitua a riqueza que nos identifica como brasileiros.

O campo brasileiro é composto de diversas e singulares realidades sociais, econômicas, culturais e geográficas. Assim, os projetos e propostas educativas asseguram uma concepção/conotação variável e possuem intencionalidades específicas que muitas vezes não dialogam e tampouco atendem as demandas dos camponeses.

Neste contexto, não atendem de forma significativa e abrangente às reais necessidades e desejos dos trabalhadores do campo, não privilegiam as múltiplas realidades vividas por esses sujeitos, seus saberes social e historicamente construídos e impõem uma concepção/conotação estigmatizada sobre sujeitos do campo.

Por outro lado, a concepção de educação centrada no processo de humanização e conscientização contribui com os sujeitos do campo na medida em que fortalece a luta para viver e produzir no campo. Desvela a realidade perversa, subsidia os sujeitos para resistirem e continuarem na peleja contra a negação de direitos.

Um dos desafios contemporâneos da educação para jovens, adultos e idosos do campo é enfatizar os processos de formação humana tendo como ponto de partida os

parâmetros de um ser humano concreto e historicamente situado e contribuir para que se perceba, se organize e se reconheça como sujeito coletivo e cidadão de direito. Em síntese, como mulheres e homens de possibilidades.

A busca contínua pelo protagonismo dos movimentos sociais e populares vem conquistando um conjunto de ações no âmbito das políticas públicas para atender os sujeitos do campo, especialmente no contexto sisaleiro. Entretanto, a ausência do poder público, mitigada, faz com que a responsabilidade e a culpa por essa indiferença recaiam sobre os próprios camponeses porque ainda sendo eles maioria da população dos municípios elegem e reelegem os remanescentes do poder oligárquico do latifúndio.

Com o poderoso suporte midiático alienante, Tenta-se esconder a hegemonia das classes dominantes sobre o Estado, atribuindo-se às desigualdades sociais um caráter de inferioridade natural e não de característica endógena ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, no contexto baiano e sisaleiro. Isto é evidenciado pelo fato de serem as políticas educacionais filantrópicas e assistencialistas, além de descontínuas, pulverizadas e populistas.

A educação de jovens, adultos e idosos, concebida a partir dos anseios e demandas dos seus sujeitos, pode ser vista e reconhecida como uma política pública de direito social, configurando-se e contrapondo-se à educação que está a serviço do mercado.

Ao se pautar em uma concepção de campo e de desenvolvimento que não exclui as lutas, as resistências sociais, reconhece as possibilidades de criação de novos territórios de vida e que não comunga com a educação excludente e perversa pautada pelo mercado, no desenvolvimento capitalista fomentando a realidade desumana das precárias condições do campo, consubstancia outro tipo de política pública de direito social.

A educação como processo contínuo e constante de conscientização e humanização reconhece os camponeses não apenas por suas carências, mas por serem participantes de um processo de luta e transformação das relações sociais com o campo. Deste modo, caminha de forma a romper com a estigmatização, com o preconceito e a discriminação historicamente construídos. Supera, assim, a visão preconceituosa de sujeitos da falta e os reconhece como sujeitos de direitos e possibilidades.

O que se observa são os excluídos da escola também sendo excluídos de outros direitos essenciais. Seus saberes são sempre desconsiderados e desvalorizados. Logo, a diferença é tratada como ignorância e atraso, portanto, não é considerada legítima. E,

além de excluídos do âmbito escolar, são também privados das decisões e da participação político-social. Apesar de se sentirem “excluídos no interior” da própria sala de aula, não abandonam a escola, como fizeram outros colegas. Segundo Bourdieu e Champagne (1998b, p. 224):

Obrigados pelas sanções negativas da Escola a renunciar às aspirações escolares e sociais que a própria Escola lhes havia inspirado, e, em suma, forçados a diminuir suas pretensões levam adiante, sem convicção, uma escolaridade que sabem não ter futuro. (BOURDIEU; CHAMPAGNE, 1998b, p. 224)

A trajetória escolar regular e convencional sem atrasos, reprovações sucessivas e interrupções nos estudos, constitui-se, na maioria das vezes, em uma realidade apenas para os sujeitos oriundos dos meios sociais favorecidos, portanto, para os sujeitos dos setores populares e, especialmente do campo, não é possível. Para eles, essa trajetória é marcada por desafios, lutas e limitações.

Neste contexto, é imperioso identificar de que maneira e com que intensidade as condições de existência afetam, por um lado, o destino escolar nas suas várias dimensões, entre elas, a duração da escolaridade, tipo de ensino, os resultados escolares obtidos, enfim a própria vivência da experiência escolar; por outro, as estratégias que cada sujeito utiliza para acessar e permanecer no processo de escolarização.

A educação de jovens, adultos e idosos no contexto brasileiro, baiano e sisaleiro, ainda não conseguiu alicerçar-se em políticas de Estado, vive-se entre laços e embaraços, em síntese, existe um fosso entre o dito e o feito. Historicamente, sua estrutura e funcionamento foram marcadas e legitimadas por políticas de governo, quase sempre sem avaliação dos seus impactos no contexto onde foram implantadas, sem tomar como ponto de partida a identidade dos sujeitos.

Considerações finais

A educação no meio rural foi sempre tratada pelo poder público com políticas compensatórias. Historicamente não houve, no sistema de educação rural, a formulação de diretrizes (políticas/pedagógicas) para atender seu funcionamento, tampouco um financiamento que possibilitasse a institucionalização e manutenção de uma educação escolar em todos os níveis, com qualidade e dignidade.

A educação, por si só, não promove a transformação social, mas sem ela esta transformação não é possível, como ensinou Freire. Não há como pensar o

desenvolvimento do campo sem a educação dos camponeses. Os sujeitos do campo têm vida, saberes, fazeres, formas de ser e estar no mundo. A educação é condição *sine qua non* para uma política econômica justa e ecologicamente sustentável para o campo.

A implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do campo, para a qualidade de vida da população, tem na educação um instrumento fundamental para o processo de construção de uma sociedade mais justa. Porém, não para a educação que está posta, mas para outra concepção de educação, capaz de atender a heterogeneidade, diversidade, singularidade, complexidade e especificidades do campo.

A luta não para. A constância triunfa sobre a opressão e o esquecimento. A semente plantada através dos primeiros movimentos de luta da história brasileira ainda está viva, embora não esteja tão visível e pujante. A mesma necessidade está na fisionomia do operário, do homem do campo e daqueles que lutam por igualdade, justiça e direitos. Enquanto existir fome, miséria e desigualdades, a luta popular será contínua e constante.

O direito à educação escolar pública está relacionado aos demais direitos sociais e humanos. Como direito público subjetivo de todos à educação transforma-se num instrumento importantíssimo para afirmar a cidadania, autonomia e a democracia. A história da educação de jovens, adultos e idosos se mistura com o lugar social historicamente reservado aos camponeses, trabalhadores, pobres, negros, subempregados e privados de direitos básicos.

O direito à educação pública, obrigatória e gratuita é recorrente no discurso dos diversos segmentos que compõem a sociedade brasileira no contexto contemporâneo. A sociedade abrange jeitos de ser, viver, perceber, conhecer e pensar que se enfrentam.

Neste contexto, a educação popular de jovens, adultos e idosos do campo, na medida em que afirma a igualdade de todos como sujeitos de direitos quebra a lógica de uns são mais valiosos do que outros. E reforça a necessidade da luta contínua contra as injustiças e o da indignação diante da barbárie.

O legado da Educação Popular permite a construção de práticas pedagógicas emancipatórias na educação de jovens, adultos e idosos no Território do Sisal, fundamental para assegurar a interlocução e parceria nos diversos espaços educativos, principalmente na educação pública para sujeitos que vivem nos municípios sisaleiros.

A luta social pelo direito à educação na vida de mulheres e homens sertanejos sisaleiros certamente contribuirá como força motriz da esperança para todos aqueles que lutam por um mundo melhor.

Referências

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e a cultura. In: _____. **Escritos de educação**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998a. p. 39-64.

_____; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. In: **Escritos de educação**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998b. p. 217-227.

BAUMAN, Zygmund. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1: de fazer**. Tradução Ephraim Ferreira Alves. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. v. 1.

_____; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: 2: morar, cozinhar**. Tradução Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 4. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

_____. Direitos humanos e educação libertadora. (Conferência de junho de 1988). In: FREIRE, Ana Maria (Org.). **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2001.

_____. Educação: o sonho possível. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues et al. **O educador: vida e morte: escritos sobre uma espécie em perigo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. 89-102

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Paulo Freire: da 'pedagogia do oprimido' à 'ecopedagogia'**. São Paulo: Ed. Instituto Paulo Freire, 1999a. (Cadernos Pensamento Paulo Freire).

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Pedagogia da terra**. São Paulo: Fundação Petrópolis, 2000. (Brasil cidadão).

_____. **Pedagogia da tolerância**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Produção capitalista: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 13-22.

_____. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: HELLER, Agnes et al. **As crises dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro. Contraponto, 1999.